



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 598/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10915/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão: Câmara Municipal de Tefé.

4- Responsável: Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Tefé, referente ao Exercício 2014.

5- Unidade Técnica: DICOP – Relatório Conclusivo nº 141/2016 (fls. 407/411) e DICAMI – Relatório Conclusivo nº 17/2016 (fls. 368/397).

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3715/2016–MP–RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fl. 412).

7- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Cobrança Executiva. Recomendação à atual gestão. Determinações. Notificação ao responsável.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1- JULGAR REGULAR COM RESSALVAS, a Prestação de Contas do Sr. **João Paulo Rodrigues Nascimento**, responsável pela Câmara Municipal de Tefé, exercício de 2014;

8.2- MULTAR o responsável:

8.2.1- Em R\$ **13.152,36** (art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM) devido à remessa intempestiva de dados por meio do sistema e-Contas (janeiro a dezembro de 2014);

8.2.2- Em R\$ **4.468,42** (art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96) em razão das irregularidades a seguir descritas: descumprimento do art. 55, § 2º, da LRF ao não publicar o relatório de gestão fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestre, desobediência ao art. 39 da Constituição Estadual ao não instituir controle interno, descumprimento do art. 37, X, da CF/88 ao não conceder a revisão geral anual aos servidores da Câmara Municipal de Tefé e não alimentação do sistema SAP;

8.3- FIXAR prazo de 30 (trinta) dias ao responsável para que recolha, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, §§ 3º e 4º, da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das sanções deverá ser atualizado monetariamente;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 598/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

8.4- AUTORIZAR desde já a instauração da **Cobrança Executiva** no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73 da Lei Orgânica deste Egrégio Tribunal de Contas e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

8.5- RECOMENDAR à atual gestão da Câmara Municipal de Tefé que realize os expedientes necessários ao pagamento da revisão geral anual pertinente ao exercício de 2014 conforme estipula o art. 37, X, da Constituição Federal;

8.6- DETERMINAR:

8.6.1- À atual gestão da Câmara Municipal de Tefé que adote as medidas necessárias à implementação de sistema de controle interno consoante preconiza o art. 39 da Constituição Estadual, à instituição de almoxarifado e ao aperfeiçoamento do sistema de controle de combustíveis fazendo constar, detalhadamente, quilometragem dos veículos antes do abastecimento, data e hora do abastecimento e itinerário dos automóveis contendo o motivo do deslocamento;

8.6.2- Ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento que observe, com maior rigor, a Constituição Federal (art. 37, X), a Constituição Estadual (art. 39), a Lei Complementar n.º 06/91 (art. 20, I), a Lei Complementar n.º 101/00 (art. 55, § 2º), bem como alimente, corretamente, o sistema SAP de modo a não mais causar prejuízos à atividade de controle externo desenvolvida por este Tribunal de Contas;

8.6.3- À Comissão de Inspeção responsável por fiscalizar, *in loco*, as Contas do Município de Tefé que observe se as irregularidades descritas nos itens 7.2 (fichas funcionais desatualizadas) e 7.3 (ausência de fichas financeiras nas pastas funcionais) foram, de fato, sanadas;

8.7- NOTIFICAR o responsável por estas Contas e a Câmara Municipal de Tefé acerca do desfecho dado a estes autos.

9- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 12 de Julho de 2016.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

11.1 – Auditor-Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em exercício.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em exercício